

► PARTICIPAÇÃO POPULAR

Em comum, eles gostam de fiscalizar o trabalho dos vereadores e saber os projetos de lei que estão sendo discutidos e aprovados na cidade

Municípios fiscalizam trabalho dos vereadores na Câmara de Jundiaí

MAURO UTIDA
mutida@jundiaib.com.br

As sessões da Câmara de Jundiaí, às terças-feiras, são acompanhadas por um público diversificado, que costuma participar mais conforme os assuntos da pauta da ordem do dia. Quando surgem temas polêmicos, como o programa Escola Sem Partido - que deve entrar para votação nos próximos dias -, as sessões são marcadas por manifestações entre favoráveis e contrários, porém quando não há nada controverso, as poltronas do auditório são preenchidas na maioria por assessores e apoiadores dos vereadores.

Habitualmente há alguns munícipes que estão praticamente em todas as sessões, polêmicas ou não. Em comum, eles gostam de fiscalizar o trabalho dos vereadores e saber sobre os projetos de lei que estão sendo discutidos e aprovados na cidade. Além de acompanhar as sessões, alguns deles também verificam periodicamente o site do Legislativo, para acompanhar a tramitação das propostas e seu conteúdo.

Foi assim que a advogada Rose Gouvea, 51 anos, ficou sabendo que o vereador Antonio Carlos Albino (PSB) suspendeu a tramitação do projeto Escola Sem Partido por até 30 dias.

“O serviço do cidadão não é só acompanhar as sessões da Câmara, mas também a tramitação dos projetos pelo site. Temos que fiscalizar o trabalho dos vereadores para saber se eles estão cumprindo o seu papel”, destaca Rose, que é ativista

ta LGBT e presidente da Comissão da Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Na opinião da ativista, falta diversidade nesta atual legislatura, que é composta apenas por homens. Rose acompanha as sessões da Câmara desde que o horário mudou para 18h e critica também a falta de participação popular no Legislativo. “Por mais que as pessoas estejam mais participativas, hoje na política, por causa das redes sociais, é importante observar o trabalho dos vereadores pessoalmente e principalmente cobrar”, declara ela.

O comunicador visual Roberto Fernandes Gonçalves, de 48 anos, também é um cidadão ativo na Câmara de Jundiaí. Ativista pela mobilidade urbana e o uso da bicicleta como meio de transporte, Gonçalves critica a falta de participação popular.

Na opinião dele, a atual legislatura é conservadora e sem representantes dos movimentos populares, por isso ele reitera a importância dos jundiaieneses comparecerem durante as sessões do Legislativo. “Quanto mais a sociedade participar, mais a política pública de Jundiaí será melhor”, declara o membro do movimento Pedala Jundiaí, Ocupa Ponte Torta e da Comissão Municipal de Políticas Territoriais (CMPT).

‘Figura carimbada’

O metalúrgico aposentado, Antonio Zebber Filho, de 67 anos, é uma “figura carimbada” na Câmara, como ele mesmo se define. Com a filha Rosana, de 44, com deficiência física



MAIS DIVERSIDADE Rose lamenta não haver vereadoras na Câmara de Jundiaí



EXPERIÊNCIA Antonio gostaria de ver a população fazendo mais o uso da Tribuna Livre

ca e mental, o aposentado virou um ativista, onde faz parte do Conselho Municipal do Deficiente e também do Idoso. Desde 2004, ele assiste às sessões da Câmara e comemorou quando houve a mudança do horário e também a criação da Tribuna Livre. “A partir deste momento houve a abertura para a população se manifestar e senti um interesse maior pelas sessões, mas gostaria de ver as pessoas fazendo mais o uso da Tribuna Livre”, afirma ele.

No ponto de vista do aposentado, ele espera uma postura mais firme dos novos vereadores. Antonio também critica os parlamentares que fazem oposição apenas por não serem da base aliada do governo. “Fazer oposição só por ser da oposição não ajuda”, diz.

TV Câmara

O presidente da Casa, Gus-

tavo Martinelli (PSDB), destaca que o Legislativo é a casa do povo e o palco de reivindicações da população, por isso enfatiza a importância da participação popular. Nesta legislatura, onde já aconteceram até o momento 29 sessões ordinárias, ele destaca a mobilização de taxistas e motoristas da Uber, além dos ambulantes e mais recentemente dos professores e ativistas da diversidade sexual por causa do projeto Escola Sem Partido, que ainda não entrou para votação.

Martinelli também ressalta os canais de comunicação da Câmara para acompanhar as sessões, como a TV Câmara, que é transmitida pelo canal 4 da Net ou 60.1 (UHF), além do site da Casa. “Muitas pessoas acompanham as sessões da Câmara pela televisão. Estamos estudando uma maneira de ampliar este canal”, destaca.



ENGAJAMENTO Para Roberto, faltam representantes dos movimentos populares no Legislativo

► DELAÇÃO JBS

Joesley põe passaporte à disposição e pede audiência com Fachin

Os advogados de Joesley Batista, sócio e delator da JBS, e Ricardo Saud, outro colaborador, colocaram os passaportes dos clientes à disposição do Supremo Tribunal Federal (STF) e pediram para eles serem ouvidos pelo ministro Edson Fachin. A medida foi tomada na noite de sexta-feira (8) após a divulgação da informação de que o procurador-geral, Rodrigo Janot, pediu a prisão de Joesley, de Saud e do ex-procurador Marcelo Miller.

A defesa de Miller também colocou o passaporte do ex-procurador à disposição ontem e entrou com requerimento para que o pedido de prisão seja rejeitado ou, ao menos, para ser ouvida antes

da decisão de Fachin.

De acordo com a defesa dos empresários, uma vez que o pedido de prisão se tornou público, “não se justifica mais a imposição de um contraditório diferido”, quando o juiz toma a decisão antes de ouvir uma das partes diante, por exemplo, da necessidade de produção de provas urgentes.

Os advogados dos empresários pedem ainda que se observe artigo do Código de Processo Penal que determina que, “ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária”.

O pedido de prisão feito por Janot ainda vai ser analisada

por Fachin, relator da Lava Jato na corte e o responsável pela homologação do acordo de delação dos executivos do grupo.

Para a equipe de Janot, houve patente descumprimento de dois pontos de uma cláusula do acordo de delação que tratam de omissão de má-fé, o que justificaria rever os benefícios.

Os três alvos do pedido de prisão foram ouvidos nos dois últimos dias sobre a gravação em que Joesley e Saud indicam possível atuação de Miller no acordo de delação quando ainda atuava na PGR.

Por causa dessa nova gravação, de 17 de março e com quase quatro horas de duração, Janot anunciou na segunda-feira passada a abertura de

investigação para apurar omissão de informações, com ameaça de revisão dos benefícios concedidos, incluindo a imunidade penal.

Joesley alega que foi apresentado a Miller por Francisco de Assis e Silva, advogado da empresa e também delator, porque estava à procura de alguém para a área de anticorrupção da JBS.

Os delatores argumentam que apenas consultaram Miller em linhas gerais sobre o processo de delação e que acreditavam que ele já havia saído da PGR.

Em nota, a defesa de Miller criticou o pedido de prisão, feito durante o depoimento do ex-procurador no Rio. (Folhapress)

► LAVA JATO

Inquérito contra Dilma é arquivado

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, acolheu pedido formulado por Rodrigo Janot, procurador-geral da República, e arquivou inquérito contra a ex-presidente da República Dilma Rousseff, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Falcão e Marcelo Navarro.

Eles foram acusados de tentar embarçar a Operação Lava Jato por meio da nomeação do ministro Navarro para o STJ em 2015.

O STF tem entendimento pacífico sobre a obrigatoriedade do deferimento dos pedidos de arquivamento feitos pela PGR, in-

dependentemente da análise das razões apresentadas, à exceção dos casos fundamentados na atipicidade da conduta ou da extinção da punibilidade.

O ministro ressaltou que o arquivamento deferido com fundamento na ausência de provas suficientes não impede o prosseguimento das investigações, caso futuramente surjam novas evidências.

O procurador pediu, ainda, que o processo permanecesse no Supremo, uma vez que haveria conexão com os fatos investigados no INQ 4325, no qual se imputa a uma parte dos réus o crime de pertinência a organização criminosa. (Frederico Vasconcelos, da Folhapress)

Michel Temer reúne aliados no Palácio do Jaburu em meio à expectativa de prisão do empresário Joesley Batista

O presidente Michel Temer reuniu ministros e aliados no Palácio do Jaburu, ontem, um dia após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pedir a prisão dos delatores da JBS Joesley Batista e Ricardo Saud, e do ex-procurador Marcello Miller.

Participaram do almoço com o peemedebista os ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral), Torquato Jardim (Justiça), Henri-

que Meirelles (Fazenda), Helder Barbalho (Integração Nacional).

Também estivera presentes os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI).

Os participantes são os mesmos que confraternizaram com Temer na última quinta-feira (7), quando Maia ofereceu um almoço na residência oficial da Câmara

após o desfile de 7 de Setembro.

O encontro deste sábado ocorre em meio à expectativa de que o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decida sobre um pedido de prisão dos delatores e do ex-procurador.

Na noite da última sexta-feira (8), Janot pediu o encarceramento dos três depois de ouvi-los entre quinta (7) e sexta-feira (8). (Folhapress)

A pedido da Funai, Ministério Público Federal investiga denúncia de massacre de índios isolados na Amazônia

O Ministério Público Federal na Amazônia, em conjunto com a Polícia Federal, investiga um suposto massacre de uma tribo indígena isolada na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, ocorrido no mês passado.

O órgão confirmou a investigação, instaurada na última terça-feira (29), a pedido da Fundação Nacional do Índio (Funai). A suspeita é que um grupo de ga-

rimpeiros ilegais tenha executado pelo menos dez pessoas - a Procuradoria não confirma o número nem a etnia dos índios assassinados. A área sob investigação fica nas proximidades dos rios Jandiutuba e Jutaiá, próximo à fronteira com o Peru, a cerca de 1.000 km de Manaus.

Dois garimpeiros foram presos em flagrante por porte ilegal de armas, durante a investiga-

ção. Eles e outras pessoas estão sendo ouvidas sobre a suspeita do crime.

A denúncia surgiu depois que garimpeiros foram vistos no município de São Paulo de Olivença, no oeste do Amazonas, exibindo “troféus” das mortes (objetivos que teriam sido recolhidos das vítimas, como flechas e um remo), segundo a ONG Survival International. (Folhapress)